



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 15ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 23 de março de 2015, com início às nove horas e trinta e oito minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 22/2015. Parecer favorável nº 10 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 159/2014. Parecer favorável nº 24 da Comissão de Justiça e Redação a emenda 1 ao Projeto de lei nº 16/2015. Parecer contrário nº 1 da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização dos Serviços Públicos ao Projeto de lei nº 159/2015. Emenda nº 2/2015 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 10. Parecer favorável nº 17 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 16/2015. Parecer favorável nº 9 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 16/2015. Parecer favorável nº 1 ao substitutivo nº 1/2015 ao Projeto de lei nº 142/2014 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente. Parecer favorável nº 8 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 152/2015. Parecer favorável nº 23 da Comissão de Justiça e Redação ao substitutivo nº 1/2015 ao Projeto de lei nº 142/2014. Parecer favorável nº 8 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao substitutivo nº 1/2015 ao Projeto de lei nº 142/2015. Ofício nº 074/2015 – IAP/ERCAS – AQ, em resposta ao requerimento nº 30/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 43/2015, em resposta ao requerimento nº 24/2015 do vereador Ganso Sem Limite. Ofício SEAJUR/ATL nº 044/2015, em resposta ao requerimento nº 25/2015 do vereador Ganso Sem Limite. Ofício SEAJUR/ATL nº 045/2015, em resposta ao requerimento nº 26/2015 do vereador Ganso Sem Limite. Ofício SEAJUR/ATL nº 040/2015, em resposta ao requerimento nº 27/2015 do vereador Ganso Sem Limite. Ofício SEAJUR/ATL nº 046/2015, em resposta ao requerimento nº 36/2015 do vereador Paulo Porto. Ofício SEAJUR/ATL nº 042/2015, em resposta ao requerimento nº 49/2015 da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização do Serviço Público. Ofício SEAJUR/ATL nº 041/2015, em resposta ao requerimento nº 61/2015 da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização dos Serviços Públicos. Ofício nº 021/2015 da Acesc, sobre prestação de contas anual dessa autarquia. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Luiz Frare e Professor Paulino. – Presidente: Finda que está à leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve nenhuma solicitação). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Damos início à ordem do dia. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 152/2014, que dispõe sobre a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

definição de Zeis - Zona de especial interesse social, em áreas do loteamento Novo Mundo de propriedade da Cohapar, e parâmetros diferenciados de ocupação para fins de regularização fundiária de interesse social, de autoria do Executivo municipal; em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Walmir Severgnini. – Vereador Walmir Severgnini: Bom dia a todos, aos moradores do Cascavel Velho que vieram acompanhar essa votação, onde está regularizando 62 imóveis no loteamento Novo Mundo, no Cascavel velho. Esse loteamento foi construído em 1985, 1986 e ocupado em 1989, com investimento da Cohapar que fez as casas e vendeu com prazo de 25 anos pra aqueles moradores. (- Um aparte) Sim. – Vereador Cláudio Gaitero: Parabenizar o trabalho que Vossa Excelência faz naquele bairro, juntamente com o vereador João Paulo de Lima. Dizer que hoje, aqueles moradores estão dando o primeiro passo para a concretização de um sonho, de estar tendo a possibilidade de serem donos de fato daqueles imóveis. Mais uma vez parabéns pelo seu trabalho, parabéns a todos os moradores presentes aqui, que estão tendo a possibilidade de usarem definitivamente os seus imóveis. Seria isso. – Vereador Walmir Severgnini: Obrigado pela força. Um projeto simples que vem regularizar aqueles terrenos, onde o pessoal já quitou todas as prestações. Hoje precisam de documentação que seria o número da matrícula, encaminhar em cartório, fazer sua escritura e registrar; então peço voto favorável, onde vai regularizar esses imóveis. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Dizer que realmente esse projeto vem aliviar a vida de muitas pessoas que compraram suas casas no Cascavel Velho e agora terão o direito a sua matrícula, a sua escritura, então há muito tempo era necessário, pois afinal de contas já pagaram suas casas e só faltava documentação. Um projeto muito viável, importante e que hoje com certeza será aprovado por todos os vereadores. Obrigado pelo aparte. (- Um aparte) – Vereador Fernando Winter: Dizer a todos que esse projeto é muito importante, nós votarmos, muitas famílias nos procuraram e como diz o vereador João Paulo de Lima também, morador daquela região nos procurou dizendo o que o cartório, sempre diz: “quem não registra não é dono.” É muito importante que aquelas famílias regularizem a situação desses terrenos, pedindo voto favorável aos colegas. Obrigado. – Vereador Walmir Severgnini: Obrigado pelo apoio. Quero pedir a todos os nobres colegas que votem favoráveis ao Projeto de lei nº 152/2014, de autoria do Executivo Municipal com parceria da Cohapar e com o apoio de todos os vereadores. Peço voto favorável. Obrigado! (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Concordando com a colocação dos colegas quanto a esse projeto, gostaria de dizer também, que esperamos que o Poder Executivo nos mande de vários loteamentos que temos dentro da cidade e que até hoje, não foram regularizados. Muita gente não paga IPTU, não paga a moradia e a prefeitura nada tem feito, neste sentido, portanto esperamos que seguindo este exemplo que outros loteamentos, outras áreas da cidade seja buscada uma solução o mais rápido possível. Obrigado. – Presidente: Em primeira votação Projeto de lei nº 152/2014. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereadores. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 159/2014 que dispõe sobre utilização da bilhetagem eletrônica nos veículos que operam o transporte coletivo e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Luiz Frare, Gugu Bueno e Romulo Quintino. O referido projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Defesa do Consumidor; em discussão o parecer. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Pra começar falando do Projeto de lei nº 159/2014 queria que o pessoal lá de trás, largasse um vídeo. – Vereador Cláudio Gaitero: Questão de ordem. Agora vamos discutir o parecer. Isso? – Presidente: Debatendo o parecer. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Gostaria que voltasse meu tempo. Foi soltar o vídeo. (Exibição de vídeo) Quero dizer aos senhores presentes nesta Casa, nesta manhã, que faço parte da Comissão de Direito do Consumidor por essa Casa e demos um parecer contrário a esse projeto. Um dos sinais do parecer contrário é essa foto, onde o cidadão tem direito de pagar em dinheiro sua passagem ao embarcar em um ônibus. Queremos dizer também, que esse parecer teve 2 votos contrários do vereador Jorge Bocasanta com o voto do João Paulo de Lima vencido que ficou a favor desse projeto. Enquanto vocês olham essa foto já tem outra mostrando os ônibus novos dessa cidade, que já vieram com o lugar para o cobrador. Então acredito que esse projeto feito pelos nobres vereadores, não está tendo apoio das empresas, porque as empresas estão tendo ônibus falando no comercial que tem que ter cobrador. Os ônibus novos vieram com espaço para o cobrador. No projeto nº 159 traz algumas situações, onde diz que todos os funcionários, trabalhadores dessa empresa que trabalham como cobrador, serão relocados pra outro setor. Começamos a ter um problema que não tem economia. Se o cobrador ganha pra ser cobrador no ônibus e vai ganhar lá na outra função que vai ser colocado dentro da empresa, não tem economia. Depois, num artigo único a empresa diz que: todos esses funcionários vão ter uma especialização pra trabalhar em outro setor. Começamos a ter um gasto, porque vai ser contratada uma empresa pra aperfeiçoar esses trabalhadores, pra defender o trabalho deles em outra função e começamos a ter um gasto. Depois, o projeto diz que: a empresa vai colocar pontos de vendas de cartões em várias situações na cidade, vai ter que colocar praticamente em todos os bairros da cidade; porque o cidadão que mora em tal bairro vai ter que comprar o cartão. Começamos a ter despesa de novo, onde vai ter que montar uma estrutura, computador, ar condicionado, funcionário, outra estrutura vai ser montada, então temos gastos. Não estou entendendo, onde está a matemática, talvez depois os autores do projeto vão me dizer que matemática é essa, que se gasta mais e ainda a empresa que é muito boazinha, que ama a população de Cascavel, tem o maior carinho pela população de Cascavel, vai abaixar a passagem, o vale transporte em 40 centavos. Não entendi essa matemática, que se gasta mais e se dá desconto. Trabalhando em empresas e falando de empresas que trabalho nesta cidade, nós vemos que isso não é real e que não vai acontecer. Quem vai pagar o preço é a população dessa cidade. Por isso pelo direito do consumidor estamos contra esse projeto. De acordo com o projeto e falando do projeto, o artigo 122 do Código Civil diz



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que: são lícitas em geral todas as condições não contrárias à lei, a ordem pública, aos bons costumes entre as condições defesa se incluem que diferem de todo negócio jurídico perfeito ou sujeito ao puro arbítrio de uma das partes e liberdade de uma das partes. O que acontece? O que pode estar acontecendo? O usuário ser obrigado a utilizar tão somente um cartão de transporte, sujeitando o usuário a seu arbítrio, sua vontade e vantagem, dispensando seu direito de pagar em moeda corrente do nosso país; então o artigo 122 do Código Civil e também, mais um artigo, o artigo 1º do decreto de lei 857/69 diz que: são nulos de pleno direito... – Presidente: Acabou seu tempo. – Vereador Celso Dal Molin: Eu quero um minuto, porque pedi um minuto. – Presidente: Acabou seu tempo. – Vereador Celso Dal Molin: Mas eu perdi um minuto no começo. (-Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Vereador Celso Dal Molin, se quiser usar o meu tempo, fique a vontade. – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado pelo aparte, vereador. Continuando então; o artigo 1º do decreto de lei 857/69 diz que: são nulos de pleno direito os contratos, títulos e quaisquer documentos, bem como as obrigações que exequíveis no Brasil, estipulem pagamento em ouro, em moeda estrangeira, ou por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal da moeda do nosso país, que é o real. Então nós temos aqui, algo que não condiz ao que está acontecendo. Por fim, o artigo 39, inciso IX, do Código Civil da Defesa do Consumidor, a lei federal, uma lei federal nº 8.078/90: *é vedado ao fornecedor de produtos e serviços, dentre outras práticas abusivas, recusar a moeda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento.* Quero entrar num ônibus nesta cidade, quero pagar com dinheiro, porque a própria empresa mostrou que pode ter as duas situações: bilhetagem e cobrador. Quero pagar com dinheiro e quero nota fiscal, porque é um direito do consumidor. Estou defendendo o direito do consumidor e quero nota fiscal na hora de pagar minha passagem, porque tenho direito à nota fiscal e meu país diz isso: que tudo que eu pagar, uma bala que eu comprar eu tenho direito a ter uma nota fiscal. Se não tiver cobrador, quem vai me dar à nota fiscal? Reconheço a força desse projeto e dos autores desse projeto, presidente, vice e primeiro secretário, mas acredito que essa força, se supor ser superior a uma lei federal? Se essa Casa tiver poder pra derrubar uma lei federal; então vamos mudar todos os projetos dessa Casa e vou fazer 5, 6 projetos por semana, pra derrubar leis federais. Eu quero saber. (Mais um minutinho, vereador Jorge Menegatti). – Vereador Jorge Menegatti: Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado vereador, o senhor está muito camarada hoje. Vou concluir: se passar esse projeto e se esse parecer contrário for derrubado; vou pegar esse projeto, esse parecer e vou no promotor hoje a tarde, vou pedir: doutor, pode isso? E vou ver o promotor colocar o dedo no meu nariz e dizer: “vereador, não pode.” Mas não estou defendendo nem os cobradores, nem os trabalhadores; estou defendendo o direito do consumidor, a Comissão que faço parte e estou dizendo: não pode proibir nenhum cidadão dessa cidade de pagar o vale transporte com dinheiro. Jorge Menegatti, muito obrigado! Jorge Bocasanta, obrigado pelo apoio neste parecer e agradeço a todos a oportunidade. – Vereador Jorge



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Menegatti: Vereador Celso Dal Molin obrigado pela contribuição, muito esclarecedor. Senhor presidente, vejo que o projeto de Vossa Excelência e demais vereadores é muito interessante. O único problema é que ele está no tempo errado. Acredito que pode ser feito um trabalho muito forte em cima dessa linha de cobrança, mas pra o futuro. Hoje, Cascavel não comporta isso, porque vamos ter que mexer na legislação federal, que todo cidadão tem direito de pagar em moeda corrente e no caso o real. Vejo que esse projeto é bom, mas a gente pode de repente colocar ele daqui a 4 anos, preparar a cidade pra isso, os consumidores e no decorrer do tempo fazer isso. Vejo que esse projeto pra hoje não cabe em Cascavel. Não temos estrutura e não temos direito de tirar a forma de pagamento dos usuários. Acredito que no futuro pode ser defendido de maneira que diminua a despesa sim, mas o consumidor tem que ter a liberdade de pagar em moeda corrente, onde aqui não tem. E os comércios dos bairros onde de repente, vão pensar em implantar; estou antecipando aqui, eles não suportam mais trabalhar de graça e trabalhar aqui, por 2, 3 centavos pra vender o vale transporte nos comércios; porque se colocar pontos de venda em todos os bairros inviabiliza o projeto. Obrigado! (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Nós precisamos identificar os fatos e as versões dos fatos. Temos aqui um parecer contrário, onde diz que o decreto lei nº 857/69 está embasado onde diz: estão tirando o direito do cidadão, tolhendo dele de pagar em moeda nacional. Ora, qualquer cidadão poderá adquirir seu cartão vale sim em dinheiro, ninguém está tolhendo o direito de comprar esse cartão com moeda nacional. É embasado nisso simplesmente que, peço voto contrário a esse parecer, que não está tirando o direito de nenhum cidadão em pagar seu cartão em dinheiro, em moeda nacional; então peço voto contrário a esse parecer. Seria isso. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Quero contribuir com um aparte no parecer da Comissão de Consumidor e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais, tenho a impressão que não houve uma discussão, debate entre a Comissão e os órgãos como a Cettrans pra verificar as razões do projeto. Verificar o porquê de aparecer neste parecer tantas contrariedades com respeito à lei; portanto eu respeitando todas as questões colocadas eu imagino que se houve uma pesquisa neste caso, feita por essa Comissão, ela foi apresentada pela Comissão porque fizeram parecer contrário. Agora eu acharia que a Comissão de Justiça, por exemplo, de Finanças, deveriam dar um parecer e certamente deram um parecer e também, justificassem o parecer favorável; porque de repente temos 2 correntes, uma: de parecer contrário e a outra: favorável. Por que essas correntes não se uniram numa hora tão importante para um projeto desses e analisaram juntamente com o poder Executivo, o projeto? Portanto eu sinceramente sou favorável a votar favorável ao parecer, por entender que não houve uma discussão melhor entre as Comissões. (- Um aparte) Pois não vereador. – Vereador Celso Dal Molin: Fizemos um requerimento solicitando à Cettrans que nos informasse sobre o assunto e não veio resposta, fizemos a duas empresas também, e mandaram resposta que não dizem nada. A gente consultou a Cettrans, fizemos um pedido, o requerimento foi eito, mas não veio



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

resposta da Cettrans. – Vereador Rui Capelão: Obrigado pela contribuição. Está aí feita a colocação, em razão do colocado aqui no parecer, coloco meu voto favorável ao parecer. Obrigado! (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Em relação à defesa do consumidor nós temos ainda o artigo 22, onde fala que: os órgãos públicos por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sobre qualquer outra forma de empreendimento são obrigadas a fornecer os serviços adequados, eficientes, seguros e quanto aos essenciais, contínuos. Nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações, referidas neste artigo serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados neste artigo do Código do Consumidor, ou seja, mesmo a prefeitura não sendo ela a prestadora de serviço, terceirizou, mas é a responsabilidade desse órgão público. E eu recebo aqui, passei pra os senhores também, um documento assinado pela App Sindicato, Acadev, Adefica, Fórum Municipal em Defesa das Pessoas com Deficiência, CDH também que me permito a ler, o que eles nos colocam: *então os movimentos sociais organizados de Cascavel vêm a público manifestar o total descontentamento com o contínuo ataque aos direitos dos trabalhadores do transporte coletivo desse município. Além dos ataques convém destacar a péssima qualidade de prestação de serviço à população, o que não depende dos trabalhadores. São os terminais de trasbordo abarrotados, ônibus superlotados, falta de sinalização e falta de abrigos nas paradas e como se não houvesse maneira de piorar o caos, os vereadores da base governista elaboram um projeto de lei que impõe a utilização de bilhetagem eletrônica aos veículos que operam o transporte coletivo. Apresentamos os motivos pelos quais somos contra o projeto de lei apresentado pelos vereadores. 1. Porque a lógica não liberal não pode prevalecer sobre os direitos humanos. 2. Porque os trabalhadores serão demitidos e mesmo que isso não ocorra, impedirá novas contratações contribuindo para o desemprego. 3. Porque sem o cobrador o motorista está mais vulnerável a ataques verbais ou físicos sofridos constantemente por parte de usuários, como assaltos praticados por meliantes. 4. Porque os motoristas têm como função exclusiva a condução do veículo com segurança atento as condições do trânsito. 5. Os motoristas não podem acumular a função de cobrador e motorista cuidando das portas, orientando os passageiros, recebendo passagem dos usuários que não têm os bilhetes eletrônicos, elaborando relatórios de ocorrência ou solicitando reparos dos veículos e ainda conduzir o veículo com segurança. 6. Porque é humanamente impossível o motorista operacionalizar todas essas atividades e prestar um serviço com qualidade aos usuários, que necessitam um atendimento mais individualizado, pessoas com deficiência ou idosos, por exemplo. 7. Além desses também, há usuários que necessitam de assistência especial por terem convulsões, doenças respiratórias que passem mal no interior dos veículos, exigindo que o motorista contate os serviço de emergência, faça relatórios, ocorrências e tenha que lidar com os conflitos tais como: brigas, tentativas de assassinato, assédio moral e físico, assalto aos trabalhadores ou usuários. Esta é uma manifestação dos trabalhadores. É claro nós temos, nós aqui, aqui se reflete muito, vereador Celso Dal*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Molin e outros vereadores falamos... – Presidente: Concluiu, senhor vereador? – Vereador Professor Paulino: Não, mas... – Presidente: Continua em discussão o parecer. – Presidente: Peço a palavra. – Vereador Gugu Bueno: Quero agradecer de maneira muito especial à presença da Polícia Militar que atende prontamente nosso pedido pra garantir a segurança de todos que viessem a essa Casa pra que pudéssemos deliberar de maneira soberana, tranquila pra que não enfrentássemos nesta Casa, episódios anteriores que muitas vezes na verdade quiseram sobrepor-se à autonomia e soberania dos senhores vereadores que estão eleitos aqui, legitimamente representando a sociedade de Cascavel. Não vou me alongar, em deliberar e discutir o mérito do projeto agora, porque tenho a certeza que teremos a oportunidade na sequência. Teremos um amplo debate nesta Casa pra discutirmos esse projeto e essa Casa serve exatamente pra isso, mas preciso me pronunciar muito rapidamente pra pedir voto contrário a esse parecer. – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem. – Presidente: Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: Me desculpe a interferência, o senhor pediu a palavra, mas acredito que o senhor teria que ir pra tribuna e passar a presidência da Casa para o vice, o senhor não poderia usar como vereador da sua bancada. – Presidente: Senhor vereador Jorge Menegatti, é uma questão unicamente de economicidade do tempo, A presidência está com o vereador Luiz Frare aqui, do meu lado esquerdo. – Vereador Gugu Bueno: Gostaria de usar a palavra de maneira muito breve e dizer que esse parecer da Comissão de Defesa do Consumidor não tem sentido e não merece prosperar, porque ele se fundamenta em algo absolutamente fora da realidade. Ele diz que nós... e que seria inconstitucional, feriria o direito do consumidor ao proibir o acesso do usuário de Cascavel pagando com moeda corrente. Se fosse essa lógica, por exemplo, todos os grandes meios modais das grandes capitais brasileiras seriam absolutamente inconstitucionais. Por exemplo, ao usar o metrô de São Paulo, o cidadão não entra no metrô e paga com dinheiro. Ele compra o bilhete, deposita e entra. É assim que funciona em Porto Alegre e qualquer outra cidade do Brasil. É evidente que, nós não estamos proibindo o cidadão de usar o dinheiro e comprar o bilhete eletrônico, aí sim seria inconstitucional se nós estabelecêssemos que cidadão só pudesse comprar o bilhete eletrônico com o cartão de crédito. A única coisa que estamos estabelecendo é um mecanismo e, não estamos nem inventando, é algo que já acontece em todo Brasil. Simplesmente por não merecer prosperar esse parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, com todo respeito com os senhores vereadores componentes da Comissão, peço voto contrário ao parecer. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Hoje me fez lembrar o antigo presidente, autoritário com a polícia aqui. Não vejo que cobradores e motoristas precisam de polícia, precisam estar nos bairros defendendo a eles quando vão trabalhar. Quando o nosso presidente fala de São Paulo, morei 4 anos em São Paulo. Toda vez que a gente entra no metrô e realmente a gente passa com o ticket, só que tem a venda no metrô e no ônibus, não. No ônibus tem o cobrador e o motorista. Não sei se mudou, mas morei de 94 a 98 era isso aí. Sempre digo assim, o negócio... como estou andando de carro não preciso de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

transporte coletivo. Eu deveria usar o transporte coletivo; furou o pneu do meu carro de noite, passa um ônibus na frente, tenho o dinheiro pra pagar a passagem e não consigo porque não posso; então não tem cabimento uma lei dessas. Isso é a maior enganação que...pode ser um momento de raiva de alguém que não gosta dos cobradores, não gosta dos trabalhadores, porque não tem cabimento querer fazer um negócio desses. Isso aqui beira a insanidade, mas lá em Itapejara, Pato Branco, tinha um galo que conforme o vento vai a fumaça e aqui em Cascavel esse galo é diferente. Aqui conforme vai o vento vai o emprego, vem o dinheiro, a comissão, alguma coisa diferente; então sempre digo o seguinte: esse projeto não tem cabimento, minha gente. Independentemente sou sempre a favor das empresas de ônibus que devem ter lucros, pra não quebrar e manter o trabalho, se a passagem precisa aumentar um pouco que aumente, porque o custo, a empresa não pode arcar com o custo. Vejo que os hospitais, o SUS não repassou as verbas e estão fechados e, fica pior pra comunidade. Dou um exemplo, o Hospital Santa Catarina sua renda era menor que a despesa. A gente tem que defender as empresas de ônibus sim, mas também defender os trabalhadores; então digo que esse projeto não tem cabimento nenhum, não vejo lógica nenhuma pra votar a favor. O deficiente físico; quando o cobrador ajuda, não é só cobrar, ele faz outras coisas junto. Isso não tem cabimento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Devido meu tempo foi pouco, esqueci até de pedir voto favorável ao parecer que é contrário ao projeto nº 159 que fala sobre a bilhetagem e... Jorge Bocasanta, eu achei que a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ia pedir a palavra pra justificar o parecer deles favorável, porque no papel aqui, não explica nada. Também achei que a Comissão de Justiça e Redação do nosso querido vereador Vanderlei do Conselho, nos desse um conselho por que o voto dele foi favorável, também? Fiquei esperando, fiquei ansioso pra ver a colocação deles, porque o voto deles foi favorável como o do Walmir Severgnini que foi relator. Eu fui relator do parecer contrário e falei porque era. Estou esperando; de certo não tiveram a oportunidade de falar, ainda. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Esse projeto não tem fundamentação nenhuma pra nós irmos a favor. Isso não devia nem ser aceito na Câmara; então peço voto favorável... (-Um aparte) Sim. – Vereador Professor Paulino: Só pra concluir, acabei não concluindo anteriormente. Dizendo que além do mais, temos o parecer da Comissão de Direitos Humanos e nós queremos dizer, apelar inclusive nesse momento, é uma questão que eu diria que não é cristã; a atitude que estamos tomando se não bastasse as questões legais. Por que tirar o direito daquele que podia ser bem atendido no espaço público? Ela fere o direito do ser humano, como uma pessoa cadeirante, quem vai ajudar o cadeirante a subir na rampa? – Presidente: Em votação, o parecer contrário. Senhor secretário, proceda à votação nominal. (Foram favoráveis, os vereadores: Pedro Martendal, Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Professor Paulino e Rui Capelão) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini, Ganso Sem Limite, Fernando Winter, Jaime Vasatta e João Paulo de Lima)



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

– Secretário: Com 13 votos contrários e 7 favoráveis parecer rejeitado. – Presidente: Por uma questão de ordem, senhores e senhoras, vou ler a todos, pra que vocês possam ter a noção exata do que nos compete. O artigo 207 do Regimento dessa Casa, que tem força de lei assim como a Lei Orgânica Municipal estabelece que: qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte que lhe é reservada, desde que, inciso IV *não manifeste apoio ou desaprovação com o que se passa em Plenário*; então senhores e senhoras, o parágrafo 1º estabelece que é... – Vereador Jorge Bocasanta: Uma questão de ordem. Eu gostaria que, eu... não ouvi bem o voto do Vanderlei Augusto da Silva, do Robertinho Magalhães, do Marcos Rios e demais outros que foi tão fraquinho. Gostaria de repetir a votação, se fosse possível. – Presidente: Só vou continuar minha questão de ordem e dizer aos senhores que é obrigação do presidente manter a ordem no recinto e se houver a necessidade, se não pudermos contar com o bom senso dos senhores pra que permitam que essa discussão ocorra de maneira livre e democrática, é obrigação do presidente esvaziar o recinto. A Polícia Militar está aqui pra garantir que isso ocorra; então ou a discussão ocorre e acontece de maneira natural e tranquila, ou a deliberação e a votação ocorrerá de maneira tranquila e democrática ou vou cumprir o que estabelece nossa lei. Por favor, diga o resultado da votação do parecer contrário, senhor vereador. – Secretário: Com 13 votos contrários e 7 favoráveis parecer rejeitado. – Presidente: Com 13 votos contrários e 7 favoráveis, parecer prejudicado. Em discussão o Projeto de lei nº 159/2014, dispõe sobre utilização da bilhetagem eletrônica nos veículos que operam o transporte coletivo e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Luiz Frare, Gugu Bueno e Romulo Quintino. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Perdemos a primeira, mas vamos ganhar a segunda com certeza; então parabéns pra vocês que estão aqui, porque estão sendo bem educados. Já vi sessões aqui, que foram bem piores que essa. Quero só trazer um ponto: o presente projeto de lei tem vício de iniciativa, tendo em vista que conforme o artigo 133 da Constituição Estadual do Paraná e a Lei Orgânica artigo 66, inciso II, a matéria trata de competência exclusiva do Poder Executivo. Peço que os trabalhadores fiquem pra ouvir essa parte, não saiam. Vou repetir o que diz a lei: o presente projeto de lei tem vício de iniciativa, tendo em vista que conforme o artigo 133 da Constituição Estadual do Paraná e a Lei Orgânica artigo 66, inciso II, a matéria trata de competência exclusiva do Poder Executivo o que ocasiona a invasão de competência. Esse projeto não pode sair da Câmara de Vereadores, teria que vir do Executivo é mais uma lei que tão passando por cima. É forte essa Câmara. Quero dizer pra vocês que o Poder Legislativo, Câmara de Vereadores não pode fazer intervenção na inserção de ações que venham a gerar despesas não previstas no plano orçamentário, tendo em vista que haverá custos e despesas pra manter os pontos de venda e controle do cartão; então quero dizer pra vocês que, esse projeto teria que vir do Executivo e não sair dessa Casa. Só pra concluir a minha fala; tivemos um caso em Cascavel essa semana, que máquinas da prefeitura foram trabalhar numa área particular e quando chegaram lá, e graças à imprensa que divulgou isso, e quando chegaram lá, pediram como as



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

máquinas da prefeitura estão trabalhando aqui? Qual a autorização? Um projeto dessa Casa que autorizou um trabalho “Porteira a dentro”. Muito bem tem um projeto dessa Casa, mas quando chegou lá no promotor ele disse: “Não pode.” Tem uma lei federal que diz que não pode. Vou repetir pra os senhores: como é forte essa Câmara de Vereadores de Cascavel que jamais lá atrás passou por cima de uma lei federal e agora, passa por cima de mais uma lei federal. Vamos deixar Brasília e vamos resolver os problemas aqui em Cascavel. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. – Vereador João Paulo de Lima: Gosto de ouvir atentamente a palavra do vereador Celso Dal Molin, mas dizer que algumas coisas, não concordo. Eu discordo e gostaria que os senhores nos ouvissem, porque a melhor forma de fazer política também é dialogando, vereador Romulo Quintino. E eu antes de descer a essa Plenária, eu estava conversando inclusive com o presidente desse sindicato, que aqui quero parabenizar, porque afinal de contas agora vejo mobilização do sindicato que antes não via. Não sei se o sindicato era dentro das empresas, porque não via e agora estou vendo. Analisando que há um sindicato que briga pela categoria, isso é importante; mas também não podemos colocar goela abaixo tudo. E por isso conversei com o presidente do sindicato, com a jurídica desse sindicato e disse que sou favorável a bilhetagem eletrônica; mas que temos que ter a contemplação dos senhores cobradores, afinal de contas modernidade não acontece só em São Paulo, vai acontecer em Cascavel, também. Agora, nós precisamos ter também, essa confiabilidade que os cobradores não sejam demitidos em massa e isso também é vontade desse vereador. O que eu pedi também foi que haja diálogo, que haja reflexo, como fizemos também, quando os servidores do Município de Cascavel que estavam em greve, sentamos e negociamos. Vejo que jogam esses vereadores que aqui não fazem nada e acabam falando que os vereadores só votam do jeito que querem; mas temos que analisar, nós vereadores e aqui coloco: nós; nós não tivemos o diálogo junto do sindicato, com a empresa e o sindicato e nós tínhamos que estar junto. Tem que convocar não só quando tem essas sessões polêmicas, mas também tem que sentar juntamente com as empresas, com a Cettrans e juntamente com os vereadores e termos diálogo. Isso não aconteceu é por isso que depois, jogar pra torcida é muito fácil; então gostaria de me comprometer como já falei no meu gabinete. O presidente desse sindicato que agora é uma pessoa que está honrando seu papel, juntamente com os membros do sindicato de lutar pela categoria, de buscar a categoria no diálogo. Nós precisamos também, não só jogar os vereadores, mas que os vereadores possam participar e deliberar junto; porque esse é o papel fundamental da fiscalização. É isso que eu gostaria de pedir que após essa votação, nós pudéssemos convocar a Cettrans, inclusive o presidente está aí, e convocar também, as empresas que assinem um documento, juntamente com o presidente deste sindicato pra que delibere da melhor forma possível e pra que não haja desemprego; principalmente por demissão em massa dessas empresas. Obrigado. – Presidente: Queria apenas reforçar o convite do vereador João Paulo de Lima, eu acho que esse debate será interessante, seria muito importante que os senhores que aqui estão, permanecessem no debate e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

permitted that this debate occur. We still have a lot to be presented, discussed, we have, yes, some alternatives, but for this it is necessary that the debate occur and that this vote occur. Then the invitation is extended to all the gentlemen present that continue in the session, for that we can accompany the outcome of this question. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Estava em viagem e voltei à noite preocupado com esse projeto, que entraria em votação hoje. Um dever cívico e um compromisso com a população, de estar aqui hoje pra participar desse debate tão importante e aqui estou graças a Deus. Quero dizer que vejo que, os proponentes do projeto quiseram dar sua contribuição à cidade; tentando organizar parte daquilo que precisa ser organizado na cidade. Agora, entendo que o momento não seria este de nós tomarmos essa medida. Não faz muito tempo que o vereador Jaime Vasatta, solicitou ao Sim que colocasse venda de cartões nos terminais, pra facilitar a vida das pessoas e isso não foi aceito. Não temos a venda de cartão solicitada pelo vereador Jaime Vasatta, nos terminais; portanto a venda de cartões tornou-se prejudicada por uma falta de interesse público alegando que haveria neste sentido custos. Dessa forma começamos a enxergar que não temos estrutura hoje, pra implantação de um projeto como os vereadores colocaram. Não existe uma estrutura própria dentro da cidade pra isso, precisaríamos ter os novos terminais de ônibus prometidos pelo prefeito, já prontos pra atender a população e não temos. Acho também, que o contrato feito pela Prefeitura Municipal e as prestadoras de serviços, as empresas de ônibus, foi feito de uma certa forma e que hoje, não podemos estar retalhando o contrato feito entre prefeitura e concessionárias. Nós temos que respeitar esses contratos e se tiver que mexer, nós temos que mexer no contrato, fazer um novo contrato pra que possamos então, dessa forma mudar algumas estruturas dentro do quadro de passagem do município. Como ficariam as pessoas que chegam à cidade como os parentes do vereador Bocasanta que vêm de Itapejara? Chegam na rodoviária e não podem ir ao terminal, porque não pode pagar a passagem não tem onde adquirir o cartão e, nada disso pra fazer a visita dentro da cidade. E as pessoas que vem do interior visitar doentes nos hospitais da cidade, Uopecan, Regional e tantos outros hospitais? Também dificilmente vão ter uma facilidade de locomoção, porque não possuem esse cartão. Tem alguns contratemplos hoje, além disso, temos que atentar muito ao trabalhador. O trabalhador que poderá ser o mais prejudicado neste sentido, porque poderá perder o emprego ou com a proposta da empresa de uma nova função poderá alegar que ele não se adaptou a nova função e demiti-lo e isso é comum. As empresas tentarem adaptar a uma nova função, a pessoa não se adaptar e demitir a pessoa; então não há garantia de emprego também, para os cobradores. Temos também que, atentar para os deficientes físicos, idosos, doentes, os cadeirantes, os que usam muleta que precisam de alguém pra dar um assessoramento no acesso a nossos ônibus. O motorista vai ficar com uma carga de trabalho incapaz de suportar, portanto temos que olhar isso aí. Vejo que dentro da nossa cidade se faz leis pra beneficiar os empresários. Não vi até hoje, durante 6 anos que estou aqui, lei beneficiando os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

trabalhadores. Acho que essa lei vem beneficiar os empresários e não está beneficiando de nenhuma forma os trabalhadores do transporte coletivo. Peço que seja muito bem olhada essa questão. Acho que os proponentes da lei deveriam fazer uma análise, neste sentido e ver qual caminho se tomar pra melhor solução. Então, acredito que têm locais como Curitiba, que usam o ônibus no fim de semana com tarifa menor, pra que as pessoas possam se deslocar dentro de Curitiba, inclusive visitantes e, essa tarifa não tem cartão, você tem que pagar; portanto é uma necessidade realmente de ser analisada. A intenção é das melhores, mas hoje não temos estrutura adequada pra suportar o cartão eletrônico no momento. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta: Seguindo o raciocínio do João Paulo de Lima eu gostaria de pedir vistas a esse projeto, pra que possamos debater mais com esse projeto e pra que possamos debater mais com a comunidade e fazer uma coisa melhor. Tem como pedir vistas, por tempo indeterminado? Então, vou pedir vistas por 4 sessões pra chegar a uma conclusão, pra nós fazermos um detalhamento melhor; ainda mais que o João Paulo de Lima quer falar com o sindicato dos funcionários e então, vamos ter tempo. Essa é uma... não precisamos votar hoje, nós podemos esperar mais 4 sessões pra nós adaptar melhor. Era isso. Obrigado. – Presidente: Em votação o pedido de adiamento, feito pelo vereador Jorge Bocasanta de 4 sessões. Senhor secretário, proceda votação nominal. (Foram favoráveis, os vereadores: Pedro Martendal, Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Professor Paulino e Rui Capelão) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini, Ganso Sem Limite, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima) – Secretário: Com 13 votos contrários e 7 favoráveis pedido rejeitado. – Presidente: Continua em discussão o projeto, o senhor continua com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Não entendo João Paulo de Lima, você quer discutir com a população, faz um discurso há um minuto e vota contra? – Vereador João Paulo de Lima: Me concede um aparte? – Vereador Jorge Bocasanta: Depois concedo. Então não entendo, porque essa urgência em votar esse projeto. Parece que o grupo veio mais fechado do que um cadeado, Rui Capelão, cadeado que nem com a música, o Cláudio Gaitero fez um... a gaita dele funcionou não é, Cláudio Gaitero? Fez um cadeadinho assim, muito mais forte o fole; então era isso. Não adianta falar aqui, João Paulo de Lima. Vou falar diretamente pra ti. Você fala em querer discutir com esse povo, então porque não votou a favor das 4 sessões? Então vamos falar o quê? O grupo está formado, vamos perder de 13 a 7, está encerrada a discussão. Por favor. – vereador Rui Capelão: Eu sinceramente... vereador, eu entendo o seguinte: me parece que vão querer dizer que a oposição está contra o projeto e não é isso não. Acho que cada um de nós está colocando uma posição e respeitando a de vocês, mas eu gostaria que aqueles que querem votar favorável, já decidiram, que até justificassem o voto; porque é importante pra que o debate ocorra de maneira mais livre, mais democrática. Acho que o debate não tem que ter só algumas pessoas que se levantam, porque não são favoráveis ao



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

projeto, mas os que são favoráveis que procurem levantar todas as razões importantes desse projeto, pra que ele seja aprovado neste momento. Muito obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Gostaria da palavra pra eu me posicionar. – Vereador Jorge Bocasanta: Você tem mais um minuto, pode se posicionar. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos, ao Plenário hoje tomado pelos trabalhadores do transporte público municipal; bem vindos à Casa do Povo. Oxalá, hoje essa Casa realmente represente o povo. Este projeto em debate chamado bilhetagem eletrônica, possui algumas ingenuidades e algumas verdades. Ingenuidades que nos confundem e verdades que nos agridem. Tentarei em minha fala brevemente, falar o que é verdade e o que mentira, ou melhor, ingenuidade. Ingenuidade um: seus autores afirmam candidamente que com a bilhetagem eletrônica o custo cairá da passagem e dessa forma, cairá o custo pra o usuário, será bom pra o usuário e isso é bom pra Cascavel; porque ninguém em sã consciência é contra baixar a tarifa do transporte, porém quero afirmar que esse dado é no mínimo ingênuo, porque com sua ingenuidade os autores do projeto afirmam que o empresário ao aumentar o lucro, ele generosamente irá dividi-lo com a população abaixando a tarifa. Quero deixar claro que, aumentar lucro pra o empresário não significa produto mais barato é somente lucro pra o empresário e acreditar que por meio dessa tecnologia, esse empresário maximizando o lucro, ele irá generosamente dividir com o restante da população, abaixando a tarifa. Nesta mesma linha crédula temos a ingenuidade dois. Essa é a pior delas, quando os autores do projeto afirmam que não haverá nenhuma demissão. Nenhuma demissão dos 300 trabalhadores dessas duas empresas. Todos serão requalificados, reciclados. Essa palavra mágica, reciclar o trabalhador em outras funções. Ainda não vi em nenhum lugar do mundo isso acontecer de não haver demissões quando há trabalhadores sem função e sobrantes; que é o quê vai acontecer com essa lei. Novamente uma crença ingênua de um capitalista que não é capitalista, no caso o dono das empresas. Até porque nesta lei não tem nenhum mecanismo que salvasse os empregos de vocês; além de ser difícil fiscalizar isso. Essas duas ingenuidades, elas se contrapõem e fazem uma espécie de cortina de fumaça, pra nos confundir em relação às verdades do projeto. Quais as consequências verdadeiras? Vamos às consequências; a precarização da segurança do motorista e do usuário; a precarização do serviço público de transporte urbano em Cascavel. Porque a verdade ao não ter um cobrador, ao não ter um segundo tripulante, nós temos um aumento na insegurança dos veículos. Um segundo agente é sempre necessário pra dar segurança ao usuário, inclusive pra trabalhar com os cadeirantes, pra atender quem necessita ser atendido. O motorista só não dá conta disso. Algumas pessoas falam: não há problema, está resolvido, teremos câmeras de segurança a bordo. Vamos lá, numa situação de risco ou de necessidade vocês preferem ter alguém ao seu lado ou uma placa: “sorria, você está sendo filmado”? Até porque quem entende minimamente de segurança e aqui, temos os companheiros da Polícia Militar quem entendem de segurança muito mais do que eu, sabem que câmera de segurança não evita o crime; permite a identificação. Então essa coisa de que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

teremos câmara de segurança, não resolve a precariedade da segurança que temos nos ônibus, haja vista hoje, a crescente violência nos terminais de transbordo. A figura do cobrador é fundamental e quem anda de ônibus sabe disso, pra orientar o motorista nos horários de pico. Nos horários de pico o motorista tem sua visão limitada pelas pessoas de pé e mais das vezes vocês podem confirmar isso, vocês cobradores orientam a hora de abrir e fechar as portas, pra garantir a segurança dos usuários. Isso não acontecerá com a ausência de um segundo na tripulação, no caso, do cobrador. Precarizando, não só o trabalho do motorista, sobrecarregando. Precarizando não só o trabalho dos motoristas, precarizando o atendimento ao usuário, ou seja, a qualidade do serviço que já não é boa cairá ainda mais, com esse projeto de lei aprovado; enfim tirando as ingenuidades ficamos apenas com o triste mundo real. Qual é? Maximização dos lucros para os empresários do transporte, aumento da insegurança para os usuários, precarização do trabalho do motorista e a demissão de um jeito ou de outro de 300 funcionários. Dito isso, não há como aprovar esse projeto, porque o que é bom é ingênuo e o que é verdadeiro é ruim. Ninguém é contra a tecnologia, a tecnologia é humanização é caminho sem volta. Agora, essa tecnologia pode ser desumanização, quando precariza o trabalho e apenas aumenta os lucros dos capitalistas e dos poderosos que é o caso, dessa lei. Por isso, em defesa do usuário, contra a precarização do trabalho e defesa dos trabalhadores do serviço público de transporte urbano; peço voto contrário ao projeto. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Esse projeto, senhor presidente, de sua autoria, do vereador Luiz Frare e Romulo Quintino. A intenção dos senhores não é ruim, porque isso no futuro acontecerá. Com certeza, esse é o futuro. A mão de obra está cada dia mais escassa e no futuro vai ser tudo eletrônico mesmo, mas hoje, na situação do país, e a situação do Brasil que não é uma França, um país onde a tecnologia tomou conta; nós queremos colocar que em primeiro lugar é, inconstitucional. Essa Casa não tem como legislar sobre esse assunto, tem que ser do Executivo pra cá. Segundo ponto: nós temos um contrato em vigor que as empresas têm o direito de trabalhar o transporte coletivo diante de um contrato. Esse contrato quando foi feita a licitação, não dizia que seria bilhetagem eletrônica quando foi feito o contrato. Automaticamente temos que mudar... nós estamos mudando a maneira do contrato, temos que fazer uma nova licitação e não vale esse contrato que está aí. Essa Casa não pode mudar um contrato em vigor, tem que ter uma nova licitação, a não ser que seja como o contrato do lixo que vai recebendo aditivo e cada vez que recebe aditivo fede mais, vai fedendo, fedendo e o povo pagando, pagando. Nós poderemos sim, implantar isso sem esse projeto. As empresas podem ir implantando, colocando a venda nos comércios pra quem aceitar, porque acho que pouquíssimos vão aceitar vender esse tipo de produto; porque não vai gerar lucro pra eles e vai gerar dinheiro no caixa deles e a segurança que não tem no ônibus também, não tem no comércio do bairro e no do centro; então o dinheiro vai ser transferido pra eles que vão ter que bancar isso. Quem vai dar segurança? Ninguém vai dar segurança. Nós sabemos que a Polícia Militar faz um bom trabalho, mas muitas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vezes eles não têm viatura e nem gasolina. É um direito do cidadão. Apesar da boa vontade da polícia, eles não conseguem estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Eu sei e falo de segurança com propriedade, porque só este ano eu já tive problemas de assalto e arrombamento em janeiro, fevereiro e março, um por mês na loja do Brasília. Não quero fazer propaganda da empresa, então segurança não terão os comércios que vão pegar esse dinheiro. Até gostaria que os senhores autores do projeto, tirassem o projeto e colocassem lá pra frente. Vamos colocar essa bilhetagem a opção dos dois: o pagamento e a bilhetagem eletrônica. “ah! já tem.” Tem pra quem tem o Vale Sim, as empresas que compram. Vamos criar um mecanismo de mudança, mas isso ao longo do tempo, isso vai acontecer gradativo, lá na frente, mas não precisa ser agora. Nós temos um problema no transporte coletivo que já passa há meses aí, e ninguém resolve, e essa Casa não pode fazer uma lei pra resolver este problema. Não é de competência nossa. Esse tipo de projeto inconstitucional não vai resolver o problema: entre o funcionário e a empresa e a população que está pagando a conta lá, porque não tem transporte coletivo, está tudo parado. Acredito que esse contrato já está rompido, porque eles não estão prestando o serviço que tem que prestar. Já está rompido, poderia até fazer uma nova licitação de repente enquadrando, não exatamente nestes moldes, mas as duas opções: pagamento em dinheiro e em cartão, pra quem quiser comprar fora. Mas, eliminar o funcionário dentro do ônibus, deixar só o motorista, não é o momento não somente em Cascavel, no Brasil. Não é, porque estamos numa recessão e temos o povo diminuindo o poder de compra. Muitas vezes a pessoa tem que ir lá, carregar o cartão dela ou comprar um bilhete e deixar em casa; porque 11 horas da noite o filho fica doente ou uma pessoa idosa fica doente e para ir algum hospital, Upa, como transporta? O pessoal do Samu vai buscar; será que vai buscar todas as pessoas que precisam? Muitas vezes não é caso de Samu; é caso da pessoa pegar lotação e ir até a Upa e como ele vai 11 horas da noite, se não tem nenhum comércio aberto pra comprar a passagem dele? Vejo que ele está no momento errado. Peço a compreensão dos autores do projeto, não sou contra a tecnologia, isso no futuro virá, mas acredito que no Brasil temos muita coisa pra mudar, não somente em Brasília, não somente em Curitiba, mas também em Cascavel; porque infelizmente nós políticos, temos muitas vezes que baixar a cabeça, porque nosso exemplo não é exemplo pra sociedade. Obrigado presidente. – Presidente: Continua em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Temos aqui um vasto material produzido pelo Sintracovel, com a assessoria da Cut, e que coloca em vários pontos, coloca inclusive, a dificuldade que terá esse projeto sendo aprovado. Como isso vai ser aplicado e ele fala em várias situações, em cartão A, B ou C; cartão do usuário, avulso, vai ser uma briga de cartões; mas acima de tudo tem a questão legal e que já foi muito bem colocada pelos vereadores que nos antecederam, também sabemos da importância, da preocupação que os vereadores tiveram de formular esse projeto, porque a gente imagina que um vereador só pode pensar o bem pra sociedade. É difícil saber como os senhores, homens de bem e que nós respeitamos muito, se colocaram nesta posição de estarem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

apresentando um projeto desses. Nossa grande preocupação é o que desde início colocávamos. A dificuldade...inclusive hoje, ouvia o vereador Romulo Quintino na TV, onde ele fala do compromisso que as empresas teriam de não demitir o trabalhador. Fiquei preocupado vereador no sentido de... aquilo que o vereador Paulo Porto disse, nos coloca numa situação de ingenuidade. Ingenuidade pensar que as empresas não irão demitir o trabalhador, a mão de obra é o lucro dela neste momento; mas no momento que ela puder se ver livre dessa mão de obra, ela não vai ficar pagando. É ingenuidade também, imaginar que essa mesma empresa que visualiza o lucro vai qualificar o trabalhador, gastar em cima da qualificação do trabalhador e vai ocupar os 300 trabalhadores que lá estão. A gente sabe que isso não é real, é fantasia. Por outro lado pensar também, que nós vereadores vamos fazer a fiscalização desse serviço, nós não temos condição de fiscalizar nem o que é serviço público direto; como vamos entrar dentro de uma empresa pra fiscalizar se o trabalhador, está? A gente lamenta isso e mais uma vez, voltamos à mesma situação. É impossível que um motorista, assim como tem vários desses micrões, que não estão funcionando hoje, porquê? Porque insistem em fazer o motorista trabalhar sozinho. Já vi vídeos de trabalhadores que se esfacelaram, caíram dentro dos coletivos por falta de ter trabalhador, que alguém pudesse auxiliar o caminho dentro do próprio ônibus. Pula-se catraca, sei lá, um grande problema isso. Nós sabemos também que, o primeiro mundo...nós não somos uma Suíça. Mesmo lá essa bilhetagem eletrônica não garante, porque lá muita gente acaba pulando a catraca. Nós temos que humanizar, mas humanizar não significa colocar nossos trabalhadores em condições precárias, mais precárias do que a gente vive hoje. Precisamos sim, humanizar isso, mas pra humanizar isso; nós temos que oferecer todas as condições mínimas pra que o trabalhador possa sair e voltar com segurança pra casa. Por isso, temos que votar contra esse projeto. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o projeto. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Esse projeto quero inicialmente parabenizar os 3 autores pela preocupação, com o custo da tarifa, no seu entendimento reduzindo, o que foi divulgado pela imprensa; em 40 centavos, mas quero dizer que discordo desse projeto, pela maneira que foi encaminhado. Entendo com algumas... respeito alguns pronunciamentos, mas vejo que esse projeto tem que ser discutido, esse projeto é nosso futuro, a questão do dinheiro de plástico? É, mas neste momento é inviável. A questão da constitucionalidade além de tudo que já foi mencionada, entendo que é inconstitucional. E também ressalto aqui, a questão das pessoas com deficiência. Uma área que eu muito bem conheço. O artigo 24 da Constituição diz o seguinte: compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente sobre vários incisos e temos aqui, o inciso 24: proteção e integração social da pessoa com deficiência. O cobrador é necessário, como vai fazer o cadeirante, o cego pra adentrar ao ônibus sem alguém pra lhe dar suporte? Quanto à operacionalidade desse projeto também, vejo muita dificuldade. Temos Curitiba, por exemplo, o presidente bem citou; a questão do Metrô de São Paulo, mas lembrado pelo Bocasanta tem o guichê vendendo o bilhete. Curitiba, nós temos também, não tem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cobrador de ônibus, mas tem a estação tubo onde se compra. Entendo que pode ser estudado, mas é algo muito discutido com planejamento, com engenheiros, empresas, usuários e também com as empresas e se colocar isso talvez, após essa reestruturação do PDI, dessa verba do Bid, aí podemos discutir. As empresas também, podem estudar determinadas linhas. Uma linha tem 3 horários, coloca uma com cobrador e 2 sem cobradores. Agora onde só tem uma linha, tem que ser com cobrador. São 3 os pontos fundamentais que coloco em dúvida, desse projeto e em dúvida não podemos aprovar. Primeiro, é a constitucionalidade dele. Respeito muito os 3 vereadores da Comissão de Justiça: vereador Vanderlei Augusto da Silva, Aldonir Cabral e Jaime Vasatta, mas discordo. Não me manifestei no momento do parecer, mas vejo inconstitucionalidade desse projeto. Isso aí depois aprovando, poderá até ser passível de um ADIN. E o segundo ponto, é a operacionalidade que terá que montar uma estrutura pra venda disso, e terá custos. Já coloco em dúvida a queda de 40 centavos na passagem. E o terceiro, todos sabemos que estamos numa crise muito grande e que pode se agravar durante esse ano; então não é o momento pra se fechar postos de trabalho. Entendo da questão da lucratividade das empresas, mas entendo que é momento de sacrifício; acho que vai ter que cortar alguma gordura. A empresa tem que se adequar e fazer essa substituição do cobrador de forma gradativa, em vários anos; mas não num momento como este, de extrema crise de emprego que enfrentaremos. Seria isso. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o projeto. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Cumprimentar os trabalhadores do transporte coletivo que estão prestigiando a sessão, hoje. Claro, num tema que diz respeito a vossa classe e após ouvirmos tantos pronunciamentos, tantas falas, gostaria de me pronunciar como um dos autores do projeto e pedir ao senhor presidente que me seja dado tempo também, de coautor do projeto. Fazer alguns esclarecimentos, primeiro cumprimentá-los, cumprimentar os chefes de família que estão aqui, os pais, mães, aqueles que têm a responsabilidade de levar o alimento pra sua casa, através do seu trabalho. Ao mesmo tempo quero deixar lançado um convite aos senhores cobradores, motoristas, comunidade em geral que aqui está; um convite pra virem mais a essa Casa, convite pra participarem das sessões, assiduamente. Segunda-feira, claro que tem horário de trabalho que impedem, mas quando possível, segunda-feira, nove e meia da manhã; terça, quatorze e trinta, temos sessões aqui e, os gabinetes sempre abertos para receber a todos os senhores e podermos ouvir as sugestões e assim sucessivamente, porque os senhores estando aqui, poderão conhecer a fundo quem é quem nesta Casa. Qual o vereador que está realmente trabalhando pela comunidade, como um todo; qual vereador está levando o recurso pra seu bairro, a melhoria pra seu bairro; qual vereador que fala, fala, fica bravo, mas não produz nada e efetivamente nada de concreto para o município de Cascavel; mas essa decisão os senhores que tem que tomar, a comunidade que tem que saber e tomar definição dentre cada um. Fazendo esse breve cumprimento, quero colocar aqui, o que está ficando muito evidente é que os vereadores estão trabalhando contra a classe de trabalhadores. O que ficou muito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

evidente até aqui e quero pedir a atenção dos senhores é que os vereadores são contrários a que os chefes de família continuem cumprindo com seu papel fundamental de mantenedores das suas casas e não é essa a realidade, não é esse o momento, o objetivo dos vereadores que compõem essa Câmara de Vereadores nesta grande maioria preocupados com o bem da cidade. Quero dizer a vocês que, estamos aqui com o primeiro mandato como a grande maioria dos vereadores que aqui estão e o que temos aprendido nestes mais de dois anos de trabalho são duas palavras pelo menos. A primeira é o bom senso, bom senso diante das dificuldades, o bom senso diante dos lados que se manifestam. Claro que ninguém é inocente, cada lado tem seu interesse, cada lado tem que ser ouvido diante de uma democracia, dentro de uma discussão; mas outra palavra que não nos pode fugir a mente também, principalmente aqui, alguns vereadores é falar da responsabilidade de sermos vereadores. Estamos discutindo um assunto que diz respeito ao futuro da cidade, que diz respeito ao que irá acontecer, principalmente no âmbito do transporte público, mas não podemos deixar de falar que estamos discutindo algo muito atual e que diz respeito ao presente do nosso município; essa responsabilidade, não podemos perder o foco. Já passamos nesta sessão em vários momentos de dificuldade, tribulação, momentos em que fomos atacados, achincalhados, mas muitos dos senhores vereadores dentro de um posicionamento de representantes legítimos da sociedade não perderam o seu papel de responsabilidade, em atuar realmente dentro do que está dentro da nossa alçada. Temos algumas situações que é o que notamos com os senhores, que é a preocupação principal com o desemprego. Com uma atitude das empresas de transporte coletivo que logo após aprovada a lei, gere uma demissão em massa. Eu quero falar aos senhores que, não estamos aqui de brincadeira, estamos aqui pra tratar a coisa com seriedade e com todo respeito. Dizer aos pais, chefes e mães de família que aqui estão: nós estamos preocupados sim, com os senhores. Semana passada, tivemos reuniões, procuramos a Cettrans, a Cettrans nos procurou, estivemos em conversas também com trabalhadores do transporte coletivo, cobradores, motoristas, estivemos em conversa com pessoas pertencentes às empresas e esses vereadores muito bem abordado pelo vereador João Paulo de Lima. Nós estamos muito conscientes da nossa responsabilidade; quero deixar aqui da minha parte e posso dizer por muitos dos companheiros aqui que vocês, têm nosso total apoio, nossa total solidariedade no sentido desse medo, desse temor, que é natural que existe, que eventualmente haja desemprego em massa. O projeto de lei prevê no seu capítulo nº 5, que as empresas não poderão gerar essa demissão, terão que fazer a qualificação. Vocês são testemunhas de que a grande maioria ou de que boa parte dos motoristas atuais do transporte coletivo já foram cobradores, foram cobradores, tiveram oportunidade na empresa de passarem a motorista ou a outras funções administrativas, e isso é uma realidade. Vocês têm o compromisso desse vereador, como o compromisso de outros vereadores de ombrear esse caso com vocês. Digo aqui, diante da imprensa e diante de todos vocês, que esses mesmos vereadores estão propondo esse projeto de lei, preocupados com a coletividade. Esses mesmos vereadores vão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

procurar as empresas e ombrear conjuntamente com os senhores para que vosso direito que é constitucional e anterior à eficácia dessa lei, seja garantido. Nós temos esse compromisso. Agora dentro dessa situação, precisamos buscar um equilíbrio. Vocês estão aqui hoje, defendendo com muita dignidade e louvo a atitude de vocês, até porque os convidei pra voltarem a essa Casa, porque é um direito de vocês. Agora, temos outra ponta nesta história que é a comunidade de Cascavel. Nós temos recebido diariamente não uma nem duas, nem três, ligações de pessoas de todos os bairros, que vocês são testemunhas que deixaram de ser atendidas pela falta de ônibus ou micrões, como queiram chamar; então nós temos essa preocupação junto com aqueles que estão nos ligando e entrando em contato conosco e que estão sendo prejudicados neste momento por uma ação que ocorreu, devido os senhores estarem buscando também, vosso direito. Então vocês estão buscando vosso direito tem nosso apoio, mas não podemos fechar os olhos pra dona Maria do Pioneiros Catarinense que mora perto da BR e que tem que vir aqui, na Tancredo Neves pra pegar um ônibus, um transporte coletivo. Não podemos fechar os olhos aos moradores do Lago Azul, como cobrou muito bem aqui, um vereador semana passada; mas não teve a mesma capacidade de falar que esses moradores não estão sendo atendidos por uma falta de ônibus, fruto de uma mobilização honesta e legítima dos senhores. Então, nós temos aqui os senhores hoje, isso nos gera preocupação e nós temos a comunidade que também, nos cobra. Então o que temos que garantir pra comunidade? Que os ônibus voltem a circular normalmente. O que temos que buscar aos senhores? Que não haja desemprego em massa, que não haja esse impedimento para os senhores continuarem trabalhando. Dez minutos é pouco, mas vamos concluir. Essa questão da demissão os senhores tem nosso compromisso, nosso posicionamento oficial dessa Casa, o sindicato faz seu papel de defendê-los, assim como o sindicato também, acaba por meio a tanta experiência acabando instalando um temor muito grande nos senhores, no que diz respeito à questão do emprego. Se os senhores deixarem, eu concluir; eu concludo. O senhor que estava outro dia dizendo que é candidato a vereador, o senhor terá oportunidade de falar aqui, o sindicato. Agora só pra concluir, obrigado. Então quero dizer o seguinte: os senhores trabalhadores, cobradores do transporte coletivo verão na prática essa questão e como será e como acontecerá; apenas pra concluir eu quero cumprimentar aqui... - Presidente: Senhores se não houver condição de continuar a sessão, por favor senhores. Nós já ouvimos bastante dos senhores vereadores, cada um teve a oportunidade de colocar o seu posicionamento. Muitas vezes é difícil ouvir o que você não quer ouvir, o que você não concorda, mas a democracia é isso; então peço aos senhores colaboração para que a gente possa manter essa sessão, até seu final de maneira tranquila, soberana e que Vossas Excelências e Senhorias possam continuar acompanhando essa sessão e saberem entender ou pelo menos ter conhecimento do posicionamento de cada um nesta sessão. Conclua senhor vereador. – Vereador Romulo Quintino: Apenas pra concluir senhor presidente, somos muito respeitosos com todo mundo. Apenas lamentar a posição de alguns senhores e dizer que estamos aqui, trabalhando com



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

responsabilidade. Sabemos que não é fácil, mas quero mais uma vez reiterar que os senhores trabalhadores do transporte coletivo tem nosso compromisso em continuar apoiando a causa. Obrigado, presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Estava aqui ouvindo atentamente. Ouvindo o debate de cada vereador e gostaria de dizer ao sindicato, aos cobradores, aos motoristas, que nós vereadores fomos eleitos por toda população e nosso dever aqui é defender toda população; então fiz algumas anotações, se me der licença ao meu debate. Assim como fiquei calado ouvindo, gostaria que agora vocês também, ouvissem minha fala. Anotei alguns pontos aqui, que acho importante colocar. Primeiramente, o vereador Celso Dal Molin, meu colega de fé, irmão, nós temos partilhado muitas coisas boas; o nobre vereador esqueceu aqui de falar o parecer da Procuradoria Jurídica dessa Casa. Acredito que as pessoas que trabalham nessa Casa, contratadas, são pessoas sérias; então se nós não acreditarmos nestas pessoas que estão no cargo, vamos acreditar em quem? Então gostaria de ler o parecer da Procuradoria Geral assinado pelo Dr. Pascoal: *De acordo com a análise do projeto de lei, tem-se que o mesmo cumpre com os princípios constitucionais de Administração Pública, contido no artigo 37 da carta política, bem como, não havendo vício de constitucionalidade nos termos do artigo 30 também, da Constituição da República; a presente proposição reúne condições de prosseguimento*, concluindo o parecer. Após o exposto, os membros da Procuradoria Geral da Câmara Municipal opinam favoravelmente ao projeto de lei nº 159/2014. Então esse é o parecer da Procuradoria dessa Casa, contradizendo alguns aqui, dizendo que é inconstitucional o projeto. Alguns pontos que anotei aqui, o vereador Jorge Menegatti disse que: a modernidade é uma realidade. Vocês lembram há 10, 15, 20 anos atrás, como era o sistema bancário do nosso país, as instituições bancárias? Se você fizer uma analogia de 15, 20 anos atrás e fizer hoje as coisas mudaram; então ir contra essa realidade é tapar o sol com a peneira. Gostaria que vocês refletissem isso. O preço da passagem vai baixar, certo? Refletindo isso. Não é bom pra população? Quantas mil pessoas dependem do transporte? Hoje dinheiro no bolso é importante, qualquer 10, 15, 20 reais que o cidadão economiza é importante. Outro ponto importante aqui, as empresas, vocês acreditam ou não acreditam, as empresas se comprometem em não haver desemprego. Vocês acreditam ou não acreditam? Isso pode ser feito... Pra concluir, como foi falado pelo vereador Romulo Quintino, nós somos testemunhas, nós podemos assinar um documento que as empresas se comprometem que não haverá desemprego. Acredito que vocês vieram aqui pra defender a causa de vocês e nós vamos estar junto com vocês, pra não haver desemprego em massa. Era isso. Muito obrigado. – Presidente: Em primeira votação o Projeto nº 159/2014. Senhor secretário, proceda a votação nominal. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini, Ganso Sem Limite, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima) (Foram contrários os vereadores: Pedro Martendal, Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Paulo Porto, Professor Paulino e Rui Capelão) – Secretário: Com 13 votos favoráveis e 7 contrários, projeto de lei nº 159 aprovado em primeira votação. – Presidente: Com 13 votos favoráveis e 7 contrários projeto de lei nº 159/2014, aprovado em primeira votação. Passamos a discussão do Projeto de lei nº 16/2015, altera e revoga dispositivo da lei municipal nº 4.374, de 2006, que estabelece critérios e valores mínimos como parâmetros para execução fiscal no Município de Cascavel, formas de pagamento de tributos ajuizados, parcelamento de arrematações e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Luiz Frare, Cláudio Gaitero, Vanderlei Augusto da Silva, Aldonir Cabral, Walmir Severgnini, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal e Marcos Rios. Em discussão o projeto. – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem, presidente, o senhor poderia suspender a sessão por 5 minutos? Porque muita gente não está ouvindo o que está acontecendo. – Presidente: Sessão suspensa por 10 minutos. (Intervalo) – Presidente: Convido os senhores vereadores pra que possamos retomar a sessão. Continua em discussão o Projeto nº 16/2015. Em votação o projeto de lei nº 16/2015 que altera e revoga dispositivo da lei municipal nº 4.374, de 2006 que estabelece critérios e valores mínimos como parâmetros para execução fiscal no Município de Cascavel, formas de pagamento de tributos ajuizados, parcelamento de arrematações e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Luiz Frare, Cláudio Gaitero, Vanderlei Augusto da Silva, Aldonir Cabral, Walmir Severgnini, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal e Marcos Rios. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. – Vereador Jaime Vasatta: Questão de ordem senhor presidente, não temos como votar alguma coisa nestas condições. Obrigado, senhor presidente. – Presidente: Peço calma e tranquilidade aos senhores vereadores. Está em votação o projeto de lei nº 16/2015. – Vereador Jorge Bocasanta: Questão de ordem, briga de pastores a gente não pode se meter, nem o Bocasanta. – Presidente: Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em primeira discussão o Projeto de lei nº 17/2015 que altera as leis municipais e o plano plurianual para o período de 2014 a 2017, lei de diretrizes orçamentárias para 2015, abrindo crédito suplementar de R\$ 580.000,00 para obras do Hospital Municipal, de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. – Vereador Nei H. Haveroth: Questão de ordem, solicito a Vossa Excelência que os vereadores que acho que na primeira sessão os vereadores que responderam presença tem que estar presente, senão fica complicado. Nós passamos 2 projetos e os vereadores que responderam presença não estão no Plenário. Gostaria de dar conhecimento a Vossa Excelência. – Presidente: Solicito a nossa secretária que peça ao vereador Professor Paulino a sua presença no Plenário. Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Quando Vossa Excelência que hoje, usou um termo meio ríspido contra o vosso vereador, me fez lembrar o antigo presidente, mas neste caso vou dizer o seguinte: minha preocupação é o seguinte: esses R\$ 580.000,00 é pra fazer o projeto,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

até conversei com o Luiz Frare. Por que não pegam o time da prefeitura pra fazer o projeto, os engenheiros, arquitetos? Era minha preocupação maior neste sentido e o Luiz Frare me colocou que eles não têm condição. Gostaria de deixar claro que a gente tem que começar a valorizar os trabalhadores do município, porque vejo o posto de saúde que trabalho lá, Walmir Severgnini, no Cascavel Velho, os consultórios ficaram muito pequenos; ficou um posto novo, bem feito, mas mal distribuído. Se tivéssemos uma equipe boa na arquitetura, engenharia do município, talvez eles em contato com a gente, talvez teríamos o mesmo custo, mas melhor distribuído; então deixo essa preocupação: que o Hospital Municipal vai vir uma empresa de fora e que não tem muito vínculo com a gente e vai fazer o quê? Um projeto; mas gostaria que esse projeto fosse acompanhado pela equipe de engenheiros do município, pra que cada vez mais vai se aperfeiçoando e nós possamos ter melhores creches, melhores postos de saúde e hospital bem planejado. Era isso. Muito obrigado, vou votar favorável. (- Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra Vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Me lembro muito bem no passado, teve uma emenda na LDO a respeito da construção do Hospital Municipal de Cascavel. Na época teve muito embate nesta Casa, teve vereadores dizendo que não ia sair esse hospital, duvidava que ia sair este hospital. E me lembro que dizia a muitos vereadores que realmente este hospital sairia, tão logo o município tivesse condições de fazer. Então, dar o primeiro passo concreto pra construção desse hospital isso seria feito. É o que está acontecendo agora, é o primeiro grande passo pra concretização, então da construção do hospital municipal na região norte. No momento que o município pede pra fazer abertura de crédito, em função de que realizou convênio, parceria com o Governo do Estado ficou acordado que o Município de Cascavel elabora o projeto antes de celebrar este convênio com o Governo Estadual; então considerando que isso vai trazer um grande benefício pra população de Cascavel. Um anseio daquela região norte para alguns vereadores aqui de Cascavel, temos certeza que essa grande obra realmente agora está saindo do papel. – Vereador João Paulo de Lima: Dizer que a previsão era pra 2016, esse hospital, com certeza deveria já estar, inclusive funcionando; mas vale a pena lembrar e parabenizar o governo que antecede a data do hospital, ou seja, pra que se inicie as obras, porque sabemos da dificuldade das pessoas de Cascavel na questão de leitos e com certeza, esse hospital quando começar a funcionar aliviará também, o sistema que não funciona da 10ª Regional. Ontem inclusive, se não fosse.. e quero parabenizar o promotor, porque durante o final de semana atendeu a ansiedade da população, inclusive tem um senhor hoje de 80 anos que está no hospital Policlínica, sendo pago pelo Estado, porque foi determinação judicial que aconteceu isso. Sabemos que está difícil a quantidade de leitos e na verdade, este hospital tem que sair rapidamente, se for preciso que essa Câmara aprove mais dinheiro temos que aprovar; porque tem que liberar imediatamente a construção e também, no mínimo um atendimento eficiente às pessoas que precisam tanto de leitos. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado vereador, nós sabemos da felicidade que você está hoje como presidente da Frente Parlamentar da Saúde. Vossa Excelência, deve estar muito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

feliz com essa notícia e imagino que a população de Cascavel também, está feliz e precisamos viver este momento de estar dando o primeiro passo da construção do hospital municipal. Começa agora, a liberação de dinheiro para os projetos; cabe aos vereadores acompanhar atentamente a elaboração desse projeto, pra que possamos aprovar imediatamente o início dessas obras. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Só quero deixar um ponto de interrogação rapidinho, dois, três pontos de interrogação. R\$ 580.000,00 pra fazer o projeto e outra 9000 m² de obra física. Vejo nisso, uma obra que estará sendo inaugurada nos próximos dias em Cascavel, chamada Teatro Municipal, tomara que esteja enganado. O teatro durou 5, 10, 15, 20, 40, 150 anos quase pra ficar pronto; tomara que este hospital saia rápido. Vejo aqui Bocasanta, que a prefeitura tinha que ter engenheiro pra fazer esse projeto, porque R\$ 580.000,00 pra fazer o projeto; acho muito dinheiro. Vou votar favorável, mas acho que é muita grana pra fazer o projeto, lembrando que primeiro tem que fazer o projeto, tem que aprovar o projeto, licitar obra, o Governo do Estado tem que ter a boa vontade pra liberar dinheiro que hoje, ele não tem pra liberar, Segundo, ele o Estado está passando por situação financeira difícil; não está conseguindo mal pagar a gasolina da Polícia Militar, então aqui dá pra falar que, nesta gestão tenho certeza que não sairá. A promessa era pra 2016, mas duvido que essa obra consiga ser feita em 1 ano e 8 meses; 9 meses que falta. Tomara que saia! Não sei se tem necessidade de ser 9000 m², não sei se o município tem verba pra garantir isso depois, mas essa verba tem que sair. De repente não seria os 9000 seria menos, mas os R\$ 580.000,00 pra fazer o projeto, temos que concordar que é demais. Só pra concluir: que não seja a novela do Teatro Municipal a nova novela do hospital da região norte. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Eu até quando se fala em valores, vereador Jorge Menegatti realmente que dá um impacto assim, realmente um valor expressivo; mas acredito não é que os funcionários da equipe de engenharia como falou o Bocasanta, de repente o aproveitamento dos engenheiros da prefeitura, mas é que é uma obra específica. Não é qualquer prédio, é uma obra da área da saúde, acho que tem muito a ver esse encaminhamento todo desse projeto com o Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, Secretaria da Saúde, então são engenharias especializadas pra que se possa projetar um hospital adequado. Uma obra de 9000 metros, então deve ser importante que tenha esse acompanhamento por todas essas entidades: Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, então acredito que deve ter um engenheiro especializado acompanhando essa obra, que é muito importante pra região norte e pra cidade de Cascavel. – Vereador Professor Paulino: Comparando nosso município a outros municípios, a gente percebe que aqui nós teríamos condições técnicas. Imagino que deveriam ser contratados mais engenheiros; nós economizaríamos e muito. Creio que uma contratação dessa, sai muito mais caro do que alguns anos de engenheiro, que não é tão caro assim. – Vereador Jorge Menegatti: Lembrando que nós não podemos começar uma obra e deixar parada, como está acontecendo no aeroporto, na ala de queimados, que aquilo a gente não vê sair do chão; então começar mais uma obra pra ficar enrolada, não dá. Precisamos desse hospital, vamos votar favorável apesar de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

achar 580 paus muito caro pra fazer esse projeto. – Vereador Nei H. Haveroth: Importante, nós observamos a fala dos vereadores que me antecederam. Conversando com o Walmir Severgnini, ele colocou que o custo por metro, todos os projetos, inclusive os complementares fica em torno de 15 reais o metro. Nesta quantidade de área e aí particular seria em torno de 25 reais no mínimo, você contratar um projeto completo. Importante, que a Secretaria tem seus engenheiros que vão seguir e dizer ao vereador Jorge Menegatti que nós também, temos essa preocupação. Infelizmente, o teatro chegou ao ponto que chegou por falta de projetos na sua origem; há umas duas décadas começaram o projeto teatro, começaram uma obra sem projetos consistentes achando que fazer um teatro é apenas erguer paredes. É muito mais que isso, precisa de diversos projetos e acreditamos que junto com a fiscalização da equipe da Secretaria de Planejamento e a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que algumas obras, financiamentos, quando você aporta recursos federais e estaduais precisam ser licitados. Os projetos que fazem parte da planilha de custos da obra, então só pra nós aflorarmos essas ideias e pensamentos e dizer que nós acreditamos sim, que o poder Executivo está no caminho certo, neste sentido. – Vereador Luiz Frare: Apenas parabenizar você, por essa lembrança e colaborando com o que o Jaime Vasatta falou, sobre a contratação dos projetos terceirizados e a complexidade que é fazer um projeto dessa envergadura e para a finalidade que se destina, tal qual você está colocando; o projeto do teatro que quando o prefeito Edgar Bueno recebeu em 2009 só tinha o projeto arquitetônico, 4 paredes, os demais não estavam sequer em elaboração muito menos em licitação. – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado. Inclusive a gente sabe que esse projeto são todos os projetos complementares, desde prevenir incêndio, sanitário, projeto hidráulico, elétrico, diversos projeto que inclusive de acessibilidade que precisamos ter dentro dos hospitais então é importante que...lógico que quanto mais economizarmos, melhor, mas temos que entender que a legislação exige que quando você busca os recursos fora, não são só do município; precisa ser licitado os projetos. Obrigado presidente pelo aparte. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Eu sou favorável ao projeto. Acho importante, tudo tem que começar em cima dos projetos; se não houver projeto não se começa nada. Agora, tenho uma preocupação com este investimento, porque mesmo fazendo os projetos está tendo um investimento de 1 milhão e alguma coisa aí da Saúde e não faz muito tempo que um médico falou pra mim, que tem hospital no Paraná parado, porque não tem funcionário pra trabalhar no hospital. Existe também, hoje, nós sabemos de um governo federal e estadual quebradinho e que não tem dinheiro lá pra nos ajudar a fazer o hospital municipal; duvido que o município arque com toda essa despesa do hospital. Acho que até pra se cumprir um dever de se começar uma obra tudo bem, mas não acredito que ele terá um andamento muito próximo, devido a situação atual do Estado e da própria Nação, portanto vamos torcer pra que dê certo, mas teremos aí certamente um novo teatro municipal. Obrigado. – Presidente: Vereador Jaime Vasatta, assumo a presidência que quero fazer uso da palavra. – Vereador Gugu Bueno: Eu deixei de usar a palavra na deliberação do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

projeto, porque acredito que o debate vai continuar no dia de amanhã. Eu percebi que muitas pessoas que aqui estavam, não queriam ouvir o que tínhamos pra falar e democracia, vereador Professor Paulino, Vossa Excelência, que é um lutador por essência da democracia, sabe que muitas vezes a democracia é falar o que quer, ouvir o que não quer; tem que respeitar, porque a democracia é feita disso; mas vim falar desse projeto muito rapidamente, vereador Nei H. Haveroth. Porque me lembro como se ainda fosse ontem, que no ano passado tivemos a votação de uma emenda sobre o hospital da região norte e qualquer semelhança com o episódio de hoje, não é mera coincidência vereadores. Porque naquele momento nós ao votarmos aquela emenda e por questão de responsabilidade, legalidade, de entender que o orçamento já estava devidamente comprometido votamos contra a emenda que previa a construção de um hospital na região norte, pra ainda este ano. Lembro que este auditório, essas cadeiras estavam da mesma maneira que hoje, lotados. Lembro que alguns pronunciamentos levaram as pessoas a pensar que nós, não queríamos o hospital da região norte, que nós por uma deliberação própria, uma vontade, um sonho da noite pra o dia, que nós de maneira alguma iríamos permitir a construção de um hospital na região norte. Foi essa a verdade vendida naquela ocasião e, como hoje muitas versões foram, vendidas. Uma verdade foi vendida, como hoje; só que naquele momento; porque estar nesta cadeira muitas vezes é dizer o que a população não quer ouvir. Ser vereador, numa cidade como Cascavel, muitas vezes é um ato de coragem, de responsabilidade e na deliberação daquela emenda, no ano passado, votamos contra. Eu era líder do governo então, vereador Cláudio Gaitero, além de votar contra pedi e encaminhei voto contrário e dizíamos naquele momento que, estávamos votando contra porque assim que o Governo do Estado mandasse a cidade de Cascavel abriria um crédito suplementar e poderíamos iniciar a construção do hospital da zona norte, ainda este ano. Só que a verdade e os fatos que foram vendidos, naquele momento não deixaram alguns ouvidos ouvirem aquelas verdades e nós, encerramos aquela votação como: os vereadores que não queriam o hospital da zona norte. E nós, não só queremos como temos o compromisso e a responsabilidade de construir este hospital, que assim foi vendido à população de Cascavel, durante as eleições. Só que naquele momento, ao invés de se entregar ao aplauso fácil, ao invés de se entregar a demagogia, nós resolvemos manter a responsabilidade, a verdade, e caímos numa frase que todos nós conhecemos muito bem: que o tempo é o senhor da razão. E o tempo passou e o momento passou e essa Casa, no dia de hoje está abrindo um crédito, pra início de um hospital na zona norte. E então uso da palavra e evidentemente que, não preciso nem pedir voto favorável ao projeto, porque todos os vereadores sabem da importância desse projeto. Mas é pra traçar alguma coincidência com os fatos que tem ocorrido nesta Casa nestes últimos dias e dizer que: o tempo é o senhor da razão e o tempo vai nos ensinar quem está sendo demagogo, quem está fazendo discurso fácil e quem está tentando agir com responsabilidade e pensando no futuro de Cascavel. Obrigado senhores. – Presidente: Em votação o projeto nº 17/2015; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto de lei



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Antes de encerrar a ordem do dia é necessário a aprovação das atas da 13ª e 14ª sessões ordinárias, realizadas nos dias 16 e 17 de março de 2015. Os vereadores que forem favoráveis à aprovação das atas permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Atas aprovadas, pela totalidade dos senhores vereadores. Finda que está à matéria da ordem do dia.

GRANDE EXPEDIENTE: - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. O primeiro inscrito é o vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Tendo em vista o adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: O segundo inscrito é o Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Da mesma forma abro mão da palavra. – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e sete minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

1º Secretário